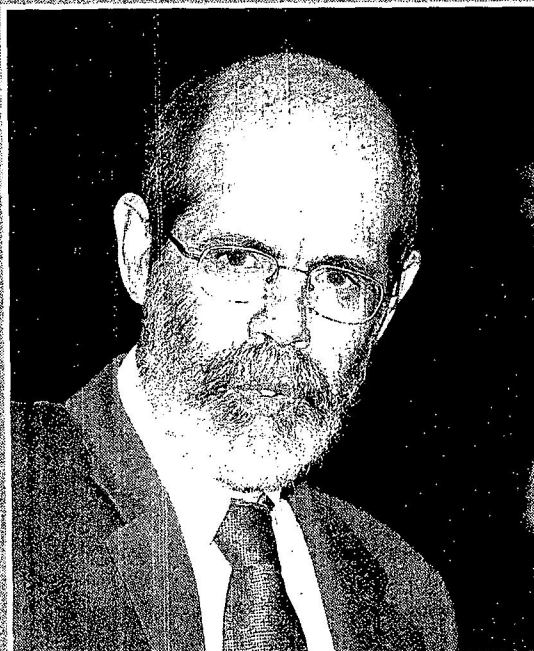


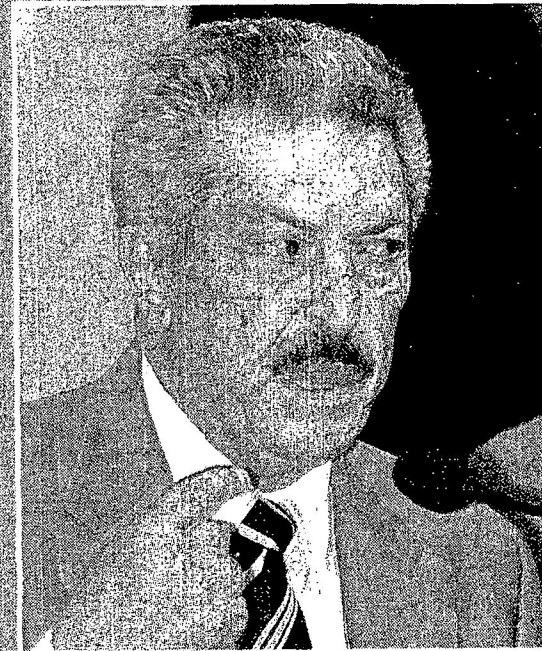
BORGES: DESJO DE TESTO MANDATO PEDIDO
PELO VOTO PELA REFORMA



EXPEDITO: DEPOIS DA REBELDIA, ALZOS DE
CONCILIAÇÃO PARA O GOVERNO



MESQUITA: DO PMDB, MAS POUCO DISPOSTO
A SEGUIR AS ORIENTAÇÕES



TUMA: FILHO PODE BALANÇAR NO CARGO
FEDERAL POR CAUSA DO PAI

Quatro na mira do Planalto

LEANDRO COLON

DA EQUIPE DO CORREIO

Pelo menos quatro senadores sabem que estão na mira política do governo desde a votação que acabou com a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). São parlamentares da base governista que eram considerados votos possíveis a favor do imposto, mas que, em plenário, preferiram não ceder às pressões palacianas. Agora, César Borges (PR-BA), Expedito Júnior (PR-RO), Geraldo Mesquita (PMDB-AC) e Romeu Tuma (PTB-SP) terão que trabalhar para administrar uma insatisfação

do Planalto em relação a eles. Principalmente porque os votos dos quatro seriam suficientes para a CPMF ser prorrogada até 2011. Foram 45 votos pelo imposto. Eram necessários 49 entre os 81 senadores para que a contribuição fosse aprovada. Se os quatro senadores estivessem alinhados com o governo, este sequer precisaria ter implorado ao PSDB por um acordo, que, afinal, não aconteceu.

Além deles, outros três integrantes da base aliada também votaram contra a CPMF: Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Mão Santa (PMDB-PI) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Críticos ferrenhos do governo, eles nem

chegaram a manifestar qualquer vontade de negociar com o Palácio do Planalto. Diferentemente dos outros quatro, que abriram uma janela de negociação mas fecharam-na pouco antes da votação.

Insatisfação

E agora? Como esses senadores vão se comportar nas próximas votações? O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), não esconde a insatisfação com os colegas, mas evita polemizar. Até porque sabe que precisará de cada um daqui para frente, já que não tem uma base aliada coesa no Senado. Por isso, admite que o Planalto precisará encontrar uma

outra forma de relação com os quatro. "O governo está sempre aprendendo. A posição deles é legítima. Precisamos ter uma relação de respeito", afirmou.

Dois dos quatro chamados de "rebeldes" pelos colegas governistas são recém-chegados à base aliada: César Borges e Romeu Tuma. Saídos do DEM por conta de problemas em seus estados, os dois votaram contra a CPMF para evitar qualquer especulação de que mergulharam nos braços do governo e por medo de terem seus mandatos cassados por infidelidade partidária. Só não esperavam que seriam fundamentais para derrotá-lo na CPMF. "Sou integrante da base. Entretanto, voto é questão de consciência. Nem sempre vou votar com o governo. Preciso de convicção", disse Borges.

Já Tuma preferiu a discrição e

tem evitado a imprensa após a derrota do Palácio do Planalto. Tem que seu filho sofra represálias com seu voto pelo fim da CPMF. Romeu Tuma Júnior assumiu há pouco tempo a Secretaria Nacional de Justiça, vinculada ao ministério da mesma área. Uma suposta demissão dele chegou a ser cogitada entre governistas mais irritados com a atitude do pai no plenário. Mas, por enquanto, o Palácio do Planalto nega qualquer risco de descontar no filho o que Tuma fez no Senado.

Outro que também optou por não partir para o enfrentamento foi Geraldo Mesquita (PMDB-AC). O senador, porém, repete a quem quiser ouvir que, embora seja do PMDB, partido da base governista, em nenhum momento deu qualquer garantia de que jogaria no time do presidente Luiz Inácio

Lula da Silva. Por isso, avisa que é melhor o governo não ter esperanças em relação a ele em 2008.

Recém-chegado ao Senado, Expedito Júnior começa a dar sinais de que não manterá em plenário sua postura oposicionista como a que foi adotada no caso da CPMF. Candidato ao governo de Rondônia em 2010, Expedito nega que sua recusa ao imposto do cheque seja resultado de uma negociação fracassada por cargos federais em seu estado. E até ensaia uma reconciliação com o Palácio do Planalto. Ele avisa, por exemplo, que aceitaria votar a favor de uma nova CPMF, desde que fosse com alíquota menor e todo o dinheiro repassado à Saúde. "Vejo isso com bons olhos. Agora, o problema é que antes não havia qualquer garantia", declarou.